

A crise dos bens culturais como mercadorias

Ronaldo Fiani*

Resumo A digitalização das informações provocou uma crise na apropriação privada dos bens culturais como mercadorias. Paralelamente, movimentos políticos vêm se organizando internacionalmente, visando ao questionamento do tratamento dos bens culturais como mercadorias privadas. A análise do sentido e do papel desses movimentos exige uma revisão do conceito de mercadoria. Para questionar o conceito de mercadoria são revistos dois autores críticos do sistema capitalista, Karl Marx e Karl Polanyi, discutindo-se as possíveis contribuições de cada um para a compreensão desses movimentos políticos.

Palavras-chave mercadoria; direitos de autor; Karl Marx; Karl Polanyi

The crisis of cultural goods as merchandise

Abstract The digitalization of information provoked a crisis in the private appropriation of cultural goods. Simultaneously, political movements are being internationally organized aiming at criticizing cultural goods being treated as commodities. The analysis of the meaning and role of those political movements demands reviewing the concept of commodity. To question the concept of commodity two radical authors are reviewed: Karl Marx and Karl Polanyi, their possible contributions to the comprehension of those political movements being so evaluated.

Keywords commodity; copyrights; Karl Marx; Karl Polanyi

Introdução

O Partido Pirata da Suécia, fundado em 1º de janeiro de 2006, segundo fontes na internet contava em torno de 44 mil filiados em maio de 2006, sendo o terceiro maior partido da Suécia em número de membros. Após a condenação do sítio de compartilhamento *Pirate Bay* na Suécia em abril de 2009, esse partido (por sinal fundado por proprietários do *Pirate Bay*) obteve 7% dos votos nas eleições para o parlamento europeu na Suécia em 7 de junho de 2009 - cerca de 200 mil votos – garantindo pelo menos um dos 18 assentos reservados para a Suécia no Parlamento Europeu.

O movimento dos partidos piratas não é exclusivo da Suécia. Outros países, tais como Alemanha e Espanha também possuem partidos piratas em atividade. O fato que merece atenção aqui é

* Economista, doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professor da pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ e diretor do Núcleo de Estudos Internacionais NEI-UFRJ. Av. Pasteur 250 – Fundos – Urca – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP 22.290-902 – e-mail: fiani@ufrj.br

justamente a transformação em forças sociais organizadas e partidos políticos daquilo que antes parecia somente uma iniciativa anárquica para explorar oportunidades geradas pela digitalização de informações. Nesses movimentos, o denominador comum é o questionamento dos direitos de propriedade intelectual e da apropriação privada dos bens culturais, em particular a crítica dos direitos de autor.

O problema da digitalização das informações e os transtornos que isso vem causando à apropriação privada dos chamados bens culturais (músicas, filmes, textos etc.) vem se tornando fonte de conflitos políticos intensos nos países mais desenvolvidos, exatamente os países que são sedes das matrizes das grandes empresas internacionais de produção artística e cultural. Esses conflitos ganharam mais um elemento importante em 10 de junho de 2009, quando o Conselho Constitucional francês vetou parte da polêmica lei do governo contra a pirataria na internet. A parte dessa polêmica lei que foi vetada estipulava a autoridade administrativa que poderia bloquear o acesso à internet.

Todos esses conflitos têm apresentado reflexos na produção acadêmica, onde o interesse tem se centrado majoritariamente nos mecanismos para a garantia dos direitos autorais. Fernández-Molina (2003) coloca claramente o problema:

When works were only available on a tangible medium, copyright holders had a great degree of control of their use and reproduction. Copyright laws gave them valid tools for exercising their rights, as the sources of infraction were easily identifiable. However, the conversion of publications into simple chains of bits allows their copying, modification and transmission without the awareness of the holder of those rights, and practically without cost or effort. (p. 41)

Desse modo, a redução dramática nos custos de reprodução esvaziou o controle sobre os direitos autorais, o qual sempre esteve basicamente centrado sobre o controle do meio físico de divulgação (discos, partituras, livros, gravuras etc.). É nessa mudança tecnológica que se localiza a origem do conflito.

Contudo, pouco se tem refletido com relação aos *efeitos econômicos* dessa mudança tecnológica. Esses efeitos se dão sobre os bens culturais como *mercadorias*. As mudanças tecnológicas com a eliminação dos suportes físicos para a reprodução dos bens culturais colocam em xeque o tratamento desses bens como mercadorias, algo que se tornou corrente somente a partir do século XIX, com a industrialização da produção cultural. Vale recordar que, no final do século XVIII na Europa, um compositor musical ainda precisava do apoio de um mecenas, muito freqüentemente um aristocrata ou um membro do clero, para garantir seus rendimentos. Sua obra não lhe pertencia nem era vista como mercadoria (produzida para o mercado), mas se destinava ao consumo do seu mecenas e benfeitor.

Essas transformações exigem que se reconsidere o que é uma mercadoria. Infelizmente dois séculos de capitalismo fizeram com que hoje se observe a mercadoria como a forma “natural” que o produto da atividade humana deve assumir. Para questionar essa pretensa naturalidade da mercadoria, lançando uma nova luz sobre o debate quanto à natureza dos bens culturais, serão abordados neste trabalho dois autores críticos do sistema capitalista: Karl Marx e Karl Polanyi.

A escolha desses dois autores não é gratuita. Trata-se de dois importantes autores críticos que, provavelmente, mais extensamente trataram da questão da mercadoria. Karl Marx colocou a mercadoria como a pedra angular de sua análise do sistema capitalista, entendido como sistema que visa à produção de mercadorias, e que tem como característica central transformar até mesmo a força de trabalho em uma mercadoria. Karl Polanyi formulou o conceito de mercadorias fictícias, e influenciou autores modernos como Robert W. Cox. Nada mais natural, portanto, do que buscarmos nesses dois autores respostas para a crise atual dos bens culturais como mercadorias.

Nesse sentido, a próxima seção trata da mercadoria e sua natureza em Marx. A seção seguinte discute o conceito de mercadoria fictícia em Polanyi. A última seção conclui, discutindo em que medida as contribuições de Marx e Polanyi podem ajudar no debate acerca da natureza dos bens culturais como mercadorias.

A natureza da mercadoria em Marx

Marx discute o conceito de mercadoria em uma construção teórica impressionante pela amplitude de seu escopo, pela sua ambição analítica e pelo panorama que oferece da história: *O Capital* (MARX, 1980). É impossível oferecer nos limites desse trabalho uma avaliação abrangente de uma obra tão importante para o pensamento moderno. O objetivo aqui será bem mais modesto: a discussão irá se concentrar no conceito de mercadoria em *O Capital* de Marx, procurando investigar em que medida esse conceito nos permite compreender a crise contemporânea em torno do tratamento dos bens culturais como mercadorias.

A partir da publicação de *O Capital*, capitalismo se tornou sinônimo de modo de produção de mercadorias, não apenas no sentido de que a produção moderna acontece tendo em vista a sua realização (venda) em algum mercado, mas especialmente no sentido de que todos os elementos materiais da vida em sociedade são convertidos em mercadorias, sendo a mercadoria a forma necessária e exclusiva assumida pela riqueza sob o comando do capital.

O caráter essencial do conceito de mercadoria na percepção de Marx é explicitado pelo fato de que Marx dedica todo o capítulo inicial de *O Capital* a uma longa digressão sobre o caráter das mercadorias. É sobre esse conceito-chave que todos os demais conceitos centrais de *O Capital*, o valor, a mais-valia, a força de trabalho (entendida como mercadoria) e o próprio capital serão construídos.

Assim, a própria abertura de *O Capital* já é constituída pela afirmação de Marx de que: “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza” (1980, livro 1, p. 41). A mercadoria é, portanto, ao mesmo tempo o ponto de partida e centro de gravidade da análise de Marx do capital e do capitalismo.

Mas o que é uma mercadoria na concepção de Marx? Essa pergunta é respondida em vários níveis sucessivos. O primeiro (e mais essencial) nível de resposta é caracterizar a mercadoria como qualquer coisa que atenda a uma necessidade *em potencial*. Como explica Marx: A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago *ou da fantasia*” (MARX, 1980, livro 1, p. 41, grifos nossos).

De imediato, essas necessidades são reconhecidas por Marx como sendo bastante diversificadas. Haveria desde necessidades básicas e imediatas, as necessidades que provêm do “estômago”, até necessidades mais abstratas, como as necessidades da “fantasia”. Claramente, Marx considerava a satisfação de necessidades culturais uma parte das necessidades humanas, cujo atendimento demandaria, sob o capitalismo, também a produção de mercadorias específicas.

O termo “em potencial” foi enfatizado anteriormente porque apenas o fato de atender a uma necessidade parece ser uma condição muito superficial para caracterizar alguma coisa como uma mercadoria. Na verdade, o fato de que alguma coisa atende a uma necessidade (qualquer que seja ela) não basta para qualificá-la como mercadoria para Marx. Outras condições se fazem necessárias. Antes de investigar que condições são essas, contudo, um aspecto da análise de Marx da utilidade das mercadorias precisa ser destacado.

O aspecto a ser destacado é que a posse de *valor-de-uso* (na terminologia de Marx) por alguma coisa, ou seja, o fato de algo atender a uma determinada necessidade é analisado por Marx de uma forma quase naturalista, com poucos indícios de determinações históricas e sociais. Apenas para citar um exemplo, no primeiro capítulo de *O Capital* lemos que: “A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. Mas essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através delas” (MARX, 1980, livro 1, p. 42).

A observação acima mostra uma displicência que é rara na análise de Marx, sempre preocupado em identificar os condicionantes históricos e sociais das relações humanas. Basta uma análise superficial dos produtos do trabalho humano ao longo da história, sejam eles mercadorias ou não, para imediatamente percebermos que a utilidade de qualquer coisa resulta não apenas de suas características físicas, *mas também da sociedade e de sua cultura em um determinado contexto histórico*. Para ilustrar esse ponto, basta considerar como os ídolos religiosos na antigüidade greco-romana foram rapidamente convertidos em objetos artísticos ou decorativos na era moderna.

Mas Marx não aprofundou o caráter social do valor-de-uso: sua preocupação estava centrada na outra face das mercadorias, seu valor (e sua manifestação particular: o valor-de-troca). As mercadorias, assim, teriam para Marx uma espécie de dupla face: como *valores-de-uso* atenderiam a uma dada necessidade humana (deixando de lado o conteúdo histórico e cultural dessas necessidades). Já como *valores-de-troca* podem ser trocadas por outras mercadorias ou por dinheiro.

O valor de troca das mercadorias seria conseqüência do fato de as mercadorias serem portadoras de *valor*, valor esse que resulta do fato de as mercadorias serem produto da *divisão social do trabalho*. Cada mercadoria é o resultado de uma fração do trabalho que a sociedade dispõe, aplicado à produção daquela mercadoria. Assim, as mercadorias produzidas com a aplicação do trabalho social possuem a propriedade de ter valor (e poderem ser trocadas umas pelas outras).

Mas o caráter social do trabalho aplicado a uma mercadoria somente se explicita quando a mercadoria se encontra no mercado com as outras mercadorias, todas elas possuindo valor. Desse modo, uma vez divididas as tarefas entre os membros da sociedade, o trabalho dos indivíduos tem de ser socializado por meio da troca na forma de mercadorias, pois de outra forma não conseguirão o necessário para o seu sustento. A mercadoria e sua realização no mercado são as formas pelas quais se reproduzem as condições de vida em sociedade sob o capital, de acordo com Marx.

Tem-se então a segunda condição para que algo se torne uma mercadoria: tem de haver uma *divisão social do trabalho*, no sentido de que as unidades produtoras devem ser especializadas em diferentes atividades e não podem ser auto-suficientes, mas têm de ser obrigadas a buscar no mercado aquilo que é necessário para complementar sua existência. Marx é bastante claro com relação a essa condição:

Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem, com seu produto, satisfaz a própria necessidade gera valor-de-uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valores-de-uso, mas produzi-los para outros, dar origem a valor-de-uso social. (MARX, 1980, livro 1, pp. 47-8)

Em nota inserida logo a seguir do trecho acima, F. Engels esclarece que também não basta apenas produzir valores-de-uso para os outros, ou seja, não basta a divisão social do trabalho, é preciso que esses valores de uso sejam transferidos para outros pela troca (MARX, 1980, livro 1, pp. 48).

Isso porque há vários exemplos históricos de valores-de-uso produzidos para outros, mas cuja transferência não acontecia pela troca, mas sim diretamente, e portanto não davam origem a mercadorias. F. Engels cita os tributos e obrigações do camponês feudal, que resultavam em transferência em espécie de produtos diretamente ao nobre ou ao clérigo local, sem que eles se transformassem em mercadorias.

Temos então, até agora, as seguintes condições para que algo possa se tornar uma mercadoria: (1) ser produto do trabalho humano e possuir valor-de-uso, (2) não ser produzido para consumo próprio, mas sim para consumo de outros. Mas falta ainda uma terceira condição para que algo possa aspirar ao status de mercadoria. Essa terceira condição é mencionada de forma um tanto superficial por Marx, mas ela é importante na discussão que é o tema desse trabalho.

Ela [a divisão social do trabalho] é condição para que exista a produção de mercadorias, embora, reciprocamente, a produção de mercadorias não seja condição necessária para a existência da divisão social do trabalho. Na velha comunidade indiana, há a divisão social do trabalho, sem que os produtos se convertam em mercadorias. Ou, um exemplo mais próximo, em cada fábrica existe a divisão sistemática do trabalho, mas essa divisão não leva os trabalhadores a trocarem seus produtos individuais. Só se contrapõem como mercadorias produtos de trabalhos privados e autônomos, independentes entre si. (MARX, 1980, livro 1, p. 49).

Assim, a última condição para que algo seja uma mercadoria é: (3) a sua *apropriação privada*. Somente após a apropriação privada de algo que seja fruto do trabalho humano, possua valor-de-uso e seja produzido para outros é que teremos uma mercadoria. Esse ponto é de central importância, pois as mudanças tecnológicas (digitalização) dos bens culturais afetaram exatamente as condições de sua apropriação privada. Contudo, não é possível aprofundar esse problema da apropriação privada em Marx, pois ele não tratou das condições de apropriação

privada das mercadorias de forma detalhada em *O Capital*. A mercadoria já é assumida como ponto de partida.

Na verdade a análise desenvolvida por Marx no início de *O Capital* já pressupõem proprietários de posse de suas mercadorias, trocando-as pelos seus valores. Quando Marx discute as mercadorias, a apropriação privada já é um dado. As condições que permitem que alguma coisa em particular seja apropriada privadamente não foram objeto de sua preocupação.

É fácil perceber que, desse ponto de vista, não é possível conceber a existência sob o capitalismo sem a mercadoria. Na verdade, tudo é transformado em mercadoria, pela ótica marxista. Quando a mercadoria não é o ponto de partida (como a moeda, que primitivamente seria uma mercadoria como qualquer outra), ela é o ponto de chegada (como no caso da força de trabalho que, espoliada dos meios de produção e incapaz de garantir o seu sustento, vê-se obrigada a vender a sua capacidade de trabalho para o capitalista).

A análise de Marx da expropriação do trabalhador de seus meios de produção é bastante conhecida e não vale a pena voltar a ela aqui. Mas a análise de Marx da moeda merece alguns breves comentários.

Para Marx, o dinheiro parece ser originalmente uma mercadoria comum. Contudo, ela sofre uma transformação. De mercadoria eleita como medida do valor de troca das demais, ou seja, de mercadoria comum que se compara com as demais mercadorias e assim expressa seus valores de troca, a moeda-mercadoria se transforma em expressão abstrata do valor, em representação do fato de que todas as mercadorias são fruto de trabalho social e assim possuem valor. Seu valor-de-uso se torna, então, ser expressão de valor. Mas o seu ponto de partida, nos primórdios da moeda, é uma mercadoria como outra qualquer. Como explica Marx: “O ouro se confronta com outras mercadorias, exercendo a função de dinheiro, apenas por se ter, antes, a elas anteposto na condição de mercadoria” (1980, livro 1, p. 78).

Não cabe neste trabalho apresentar uma resenha da controvérsia que o conceito de Marx da moeda-mercadoria produziu entre os economistas marxistas, controvérsia que se concentrou, em geral, em torno da questão acerca de se a teoria monetária de Marx exigiria ou não que a origem da moeda se desse na forma de uma mercadoria. Uma amostra dessa controvérsia pode ser encontrada em Foley (1986), Kennedy (2006), Lapavistas (1991), Reuten (1988) e Saad-Filho (1997), apenas para citar alguns. Mas o importante a ser salientado aqui é que, independentemente de se a teoria de Marx exige ou não que a moeda tenha a sua origem como mercadoria, ele de fato apresentou a origem da moeda como mercadoria. Isso serve para ilustrar bem o papel central e axiomático que o conceito de mercadoria desempenha na análise de Marx.

Para Marx, os elementos essenciais da vida social ou já começam como mercadorias, ou terminam como mercadorias. Fora do mundo das mercadorias, não há existência significativa sob o modo de produção capitalista. A mercadoria não é algo em questão no sistema de Marx: ela é como o seu axioma básico. Nada mais compreensível, nessa perspectiva, do que assumir com naturalidade o caráter de mercadorias dos bens culturais, ao menos enquanto o sistema capitalista existir historicamente. Embora Marx não tenha dado muita atenção aos bens culturais, não há elementos em sua teoria para criticar o tratamento dos bens culturais como mercadoria. Pelo contrário, seria natural ver os bens culturais como mercadorias, algo inevitável sob o comando do capital.

Talvez ainda mais importante, não é possível vislumbrar em Marx qualquer possibilidade de conflito relacionada à contestação do caráter de mercadoria em um bem qualquer, seja ou não

seja um bem cultural. A socialização como mercadoria é a única forma de socialização sob o capitalismo: a única forma de mudar isso é mudando todo o sistema social junto, ou seja, superando o capitalismo em uma forma social mais avançada (para Marx, o socialismo e, após ele, o fim da história na sociedade comunista).

Paradoxalmente resulta, assim, que Marx, o crítico mais radical da sociedade moderna, termina por não ter nada a dizer em relação aos movimentos que contestam a apropriação privada dos bens culturais. Isso porque Marx em seu sistema toma a mercadoria como unidade básica e ponto de partida, o que dificulta a incorporação em seu sistema de qualquer conflito social em torno do que deve ou não deve ser tratado como mercadoria.

Dito de outra maneira, na medida em que estabelece a mercadoria como “célula” constituinte do “organismo” que é o sistema capitalista, a mercadoria assume para Marx a natureza de um dado social, um dado do qual se parte para atingir análises mais complexas e desvendar os segredos do valor:

A forma do valor, a qual tem no dinheiro sua figura acabada, é muito mais vazia e simples. Apesar disso, tem o espírito humano, há mais de dois mil anos, tentado em vão devassá-la, embora conseguisse analisar, pelo menos com aproximação, formas muito mais complexas e ricas de conteúdo. Por quê? Porque é mais fácil estudar o organismo, como um todo, do que suas células. Além disso, na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui esses meios. *A célula econômica da sociedade burguesa é a forma mercadoria, que reveste o produto do trabalho, ou a forma a forma de valor assumida pela mercadoria.* (MARX, 1980, livro 1, p. 4, grifos nossos)

Tratada como unidade básica da análise, responsável pela compreensão da natureza do valor e do próprio funcionamento do sistema capitalista, a mercadoria não pode se revelar um ponto de tensão no pensamento marxista, sob pena de comprometer o edifício teórico que se encontra sobre ela construído. Ou seja, a mercadoria não pode ser um foco de conflito: ela está no centro da análise, é a pedra angular sobre a qual, desde as primeiras páginas, Marx constrói o seu sistema teórico, antes mesmo que o conceito de capital faça sua entrada em cena. Ela ocupa o lugar de conceito fundamental, em um mundo onde se trocam as mercadorias de acordo com a quantidade de trabalho que elas contêm.

Na verdade, nem mesmo a conhecida crítica de Marx em relação ao “fetichismo da mercadoria” abala o lugar do conceito de mercadoria no seu sistema. Muito foi escrito sobre o fetichismo da mercadoria, e como esse assunto não se relaciona diretamente ao tema da mercadoria, mas sim a como ela mascara as relações mais essenciais de produção, o fetichismo da mercadoria será abordado agora de maneira breve.

O fetichismo da mercadoria para Marx deriva da forma social específica pela qual o capitalismo organiza a produção social. Sob o capitalismo os produtores são independentes, livres de qualquer controle social. Contudo, apesar dessa liberdade, a produção social tem de acontecer de alguma forma minimamente organizada. Essa organização acontece de forma indireta, por meio da troca dos produtos no mercado. Cada produtor vai ao mercado, seja para obter os insumos e a

mão-de-obra que necessita, seja para vender os seus produtos. As relações sociais somente se dão na medida em que os indivíduos são proprietários de coisas.

Por exemplo, o capitalista somente contrata força de trabalho porque ele possui o capital necessário, e os trabalhadores somente são contratados porque dispõem de uma mercadoria (sua força de trabalho) de que o capitalista necessita. Da mesma forma o capitalista somente faz jus à renda – o lucro – pelo fato de que ele comparece ao mercado com mercadorias que são demandadas por outros capitalistas ou trabalhadores.

Essas trocas regulam a produção social: se a oferta de uma mercadoria é excessiva, seu preço cai, os lucros e as rendas dos capitalistas – assim como dos trabalhadores – são reduzidos e todos sofrem. O resultado é que possivelmente tanto capital como força de trabalho serão deslocados para outros ramos de atividade onde a oferta de mercadorias seja insuficiente e os preços – com isso os lucros - elevados. Mas aos produtores para quem os preços caíram parece que foi a sua mercadoria que lhes causou problemas, e não uma distribuição do trabalho social desfavorável aos seus ganhos. Como explica Marx:

Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 1980, p. 81)

O fetichismo da mercadoria surge pela tendência dos produtores de enxergarem todas essas relações de produção e troca como relações entre *coisas* e não como relações sociais. Como toda a socialização no processo produtivo acontece mediada por trocas de mercadorias, parece então que são as coisas – as mercadorias – que regulam a vida social e o destino de todos (capitalistas e trabalhadores) na sociedade. Marx destaca que esse processo é inevitável, pois ele decorre da forma específica pela qual se organiza a produção social: mediante o mercado.

Como foi dito anteriormente, muito foi escrito sobre o fetichismo da mercadoria, especialmente seu efeito alienante na sociedade. Não caberia dentro dos limites deste trabalho voltar a um tema tão discutido. Rubin (1980) oferece uma boa introdução à questão do fetichismo da mercadoria, e Pietz (1993) apresenta uma perspectiva mais contemporânea do conceito. Aqui apenas interessa destacar que o fetichismo da mercadoria não representa uma crítica de Marx à mercadoria em si, mas à forma social pela qual o sistema capitalista organiza a produção e distribuição dos produtos do trabalho.

Dito de outra forma, o fetichismo da mercadoria resulta de um sistema de produção e distribuição baseado em produtores independentes, sem controle por parte da sociedade, cuja integração social acontece mediada pela troca. O fetichismo da mercadoria é uma crítica de Marx ao sistema como um todo e não à mercadoria em si.

Também não é possível afirmar que o fetichismo da mercadoria representaria um questionamento do próprio conceito de mercadoria por parte de Marx. Ao contrário, o fetichismo

da mercadoria surge exatamente porque os mercados foram bem-sucedidos em transformar as relações sociais, de relações entre indivíduos em relações entre proprietários de mercadorias. No sistema de Marx, o fetichismo da mercadoria testemunha o sucesso absoluto da própria mercadoria.

Mas Marx não foi o único autor crítico a discutir a questão da mercadoria. Outro autor crítico do sistema capitalista e da transformação que ele promove dos elementos da vida social em mercadorias, ainda que não tenha produzido uma contribuição tão radical e ambiciosa quanto a de Marx, foi Karl Polanyi. Será visto a seguir se a análise de Polanyi fornece elementos que se revelem mais interessantes do que o sistema de Marx para a análise dos movimentos que contestam o tratamento dos bens culturais como mercadorias privadas.

Karl Polanyi e as mercadorias fictícias

Karl Polanyi não apresentou um sistema teórico abrangente para dar conta de todo o sistema capitalista, como Marx. O caminho intelectual escolhido por Polanyi foi bastante diferente: reunir informações históricas e antropológicas para delas inferir tendências particulares e permanentes do sistema capitalista moderno. Polanyi trabalha, nesses termos, por contraste: identifica as diferenças mais profundas entre a sociedade capitalista moderna, por um lado, e tribos da polinésia ou sociedades pré-capitalistas européias – da antiguidade greco-romana e feudal –, por outro.

A principal observação com que Polanyi inicia sua discussão das economias e sociedades modernas é o fato de que em todas as sociedades pré-capitalistas, e mesmo nas sociedades tribais contemporâneas, as relações econômicas se encontram imersas nas relações sociais e políticas. Ou seja, simplesmente não havia nas sociedades pré-capitalistas, nem há nas sociedades tribais contemporâneas, *nada que se pareça com uma economia de mercado moderna*.

Assim, fora do sistema capitalista moderno não se conseguiria encontrar uma economia em que os mercados funcionassem sozinhos, regulando demanda e oferta – *mercados auto-regulados* – e governando todos os demais aspectos da vida social. Em uma economia de mercado, observa Polanyi, “Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p. 77).

Colocar todos os demais aspectos da vida social em função da economia organizada em mercados auto-regulados não é tarefa trivial, como adverte Polanyi referindo-se às sociedades capitalistas modernas:

Desta vez, o sistema econômico é organizado em instituições separadas, baseado em motivos específicos e concedendo um status especial. A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado. (POLANYI, 2000, p. 77)

Quando se observam as sociedades pré-capitalistas, sejam tribais ou mesmo européias e mediterrâneas, verifica-se exatamente o contrário: as estruturas sociais absorviam e comandavam o econômico, que se encontrava em posição subordinada. Os exemplos se multiplicam. No antigo Egito, a acumulação e distribuição da produção agrícola eram comandadas pelo poder político e divino do faraó (POLANYI, 2000, p. 71). Na Europa medieval o trabalho do camponês na sua prestação de serviços e na repartição dos seus produtos para com o seu senhor era regulado pelos costumes (POLANYI, 2000, p. 75). Mesmo em sociedades tribais contemporâneas, são os deveres de parentesco que muitas vezes organizam a produção e a distribuição dos bens (POLANYI, 2000, p. 67).

Assim, para Polanyi não pode haver mercado sem economia de mercado. Ou seja, para que os mercados assumam o controle de todos os elementos materiais da vida social, é preciso que: (1) que os mercados se diferenciem e se especializem em relação às demais instituições políticas, sociais e religiosas; (2) que os mercados sejam isolados das demais instituições sociais, sem interferências ou limites externos ao livre funcionamento da oferta e demanda na regulação da vida econômica.

Como resultado de (1) e (2), apenas os mercados e os preços que eles produzem devem governar a vida material da sociedade, isto é, o que, quanto e como será ofertado e por quem será consumido. Apenas os preços de mercado, e não mais considerações de ordem política, moral ou religiosa agora ditam as condições de produção e distribuição da riqueza social. Mas como isso acontece? Como o mercado realiza simultaneamente (1) e (2) e assume o comando da sobrevivência material das sociedades modernas?

A resposta para Polanyi é muito simples: o instrumento por meio do qual o mercado assume o controle da vida material das sociedades é a *mercadoria*. Como esclarece Polanyi:

É com a ajuda do conceito de mercadoria que o mecanismo do mercado se engrena aos vários elementos da vida industrial. As mercadorias são aqui definidas, empiricamente, como objetos produzidos para a venda no mercado; por outro lado, os mercados são definidos empiricamente como contratos reais entre compradores e vendedores. Assim, cada componente da indústria aparece como algo produzido para a venda, pois só então pode estar sujeito ao mecanismo da oferta e procura, com intermediação do preço. Na prática, isto significa que deve haver mercado para cada um dos elementos da indústria; que nesses mercados cada um desses elementos é organizado num grupo de oferta e procura. (POLANYI, 2000, p. 93)

Portanto, ao transformar em mercadorias tudo aquilo de que a indústria precisa para suas atividades, incluindo-se aqui terra (o próprio meio-ambiente), trabalho (seres humanos que são a própria constituição da sociedade) e moeda (isto é, meio de troca e crédito), o mercado subordina toda a atividade material que é essencial à sobrevivência da sociedade moderna. Para Polanyi, então, a mercadoria é o conceito central na organização da sociedade por meio de mercados auto-reguláveis, isto é, mercados cuja regulação se dá apenas pelos seus próprios preços.

Mas a conversão dos elementos centrais da atividade econômica - terra, trabalho e moeda - em mercadorias é, no entender de Polanyi, uma *falsa* conversão, no sentido preciso de que o fato de tratar esses recursos como mercadorias não faz deles mercadorias, sequer no sentido mais

simples e imediato do termo: algo que é produzido para ser vendido. Com efeito, em uma longa, mas importante passagem, Polanyi esclarece porque terra, trabalho e moeda são, na verdade, *mercadorias fictícias*:

O ponto crucial é o seguinte: trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria. Eles também têm que ser organizados em mercados e, de fato, esses mercados formam uma parte absolutamente vital do sistema econômico. Todavia, o trabalho, a terra e o dinheiro obviamente *não* são mercadorias. O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para a venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são mercadorias. Trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia. (POLANYI, 2000, p. 94, ênfase do original).

Assim Polanyi apresenta o importante conceito de mercadoria fictícia, que aplica ao trabalho, à terra e à moeda. Mas é importante que fique claro que o fato de esses elementos constituírem mercadorias fictícias deriva apenas do fato de que eles não são produzidos para a venda em mercado: o sistema capitalista *efetivamente* utiliza esses elementos como mercadorias, e não é impedido para isso pelo fato de que não se trata de mercadorias no sentido do termo. Como explica Polanyi:

Não obstante, é com a ajuda dessa ficção que são organizados os mercados reais do trabalho, da terra e do dinheiro. Esses elementos são, na verdade, comprados e vendidos no mercado; sua oferta e procura são magnitudes reais, e quaisquer medidas ou políticas que possam inibir a formação de tais mercados poriam em perigo, *ipso facto*, a auto-regulação do sistema. (POLANYI, 2000, p. 94)

Portanto, o fato de que terra, trabalho e moeda são organizados em mercados, preferencialmente auto-regulados pelo sistema capitalista, não enfrenta nenhum tipo de dificuldade ou obstáculo por se tratar de uma ficção. Segundo Polanyi, embora o capitalismo organize a vida social e a sua relação com a natureza com base em uma irrealidade, essa irrealidade possui conseqüências concretas e graves para a sociedade. Polanyi é bastante explícito nesse ponto: “Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade.” (POLANYI, 2000, p. 94)

Mais adiante Polanyi detalha os riscos que o tratamento de trabalho, terra e moeda em mercados auto-reguláveis podem acarretar para a sociedade. Polanyi faz uma detalhada e longa descrição desses riscos:

Esta suposta mercadoria, a “força de trabalho”, não pode ser impelida, usada indiscriminadamente, ou até mesmo não utilizada, sem afetar também o indivíduo humano que acontece de ser o portador dessa mercadoria peculiar. Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do “homem” ligado a essa etiqueta. Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome. A natureza seria reduzida aos seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, a segurança militar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas. Finalmente, a administração do poder de compra por parte do mercado liquidaria empresas periodicamente, pois as faltas e excessos de dinheiro seriam tão desastrosos para os negócios como as enchentes e as secas nas sociedades primitivas. (POLANYI, 2000, pp. 94-5)

Embora Polanyi tenha publicado seu livro originalmente em 1944, as palavras acima soam proféticas desse início de século XXI. Contudo, cabe indagar a respeito da origem da sociedade moderna como sociedade regida pela economia de mercado, que elegeu como princípio fundamental a idéia de que os mercados devem se auto-regular e que terra, trabalho e moeda devem ser tratados como mercadorias, ainda que não o sejam de fato.

Polanyi (2000, p. 60 e p. 97) identifica a origem da moderna sociedade governada pelos mercados no surgimento da grande indústria no século XIX. A grande indústria, com seus grandes investimentos em máquinas e equipamentos de longo prazo de maturação e grande escala de operação, exigia um suprimento de trabalho, recursos naturais e moeda consistente com suas necessidades, ou seja, sem interrupções e na quantidade adequada a sua demanda.

Para isso, esses elementos básicos da vida social deveriam ser postos à venda sem nenhuma interferência, ou regulação, de natureza externa às demandas da indústria. Nasceram assim, simultaneamente, a idéia de mercado auto-regulável e as mercadorias fictícias.

A análise de Polanyi, desse modo, vê a sociedade moderna como um experimento histórico peculiar, com riscos elevados pela ausência de inserção e, portanto, de controle da sociedade sobre as relações econômicas, que se tornaram autônomas nos mercados. Polanyi não vê as mercadorias, e muito menos as mercadorias fictícias, como algo consolidado e inquestionável na sociedade moderna.

Pelo contrário, Polanyi identifica a partir do século XIX, simultaneamente à constituição da grande indústria com as conseqüências que foram apresentadas, movimentos paralelos de reação da sociedade à ameaça que os mercados auto-regulados e seu controle sobre as mercadorias fictícias representavam. Comentando o século XIX, Polanyi observa que:

Enquanto, de um lado, os mercados se difundiam sobre toda a face do globo e a quantidade de bens envolvidos assumiu proporções inacreditáveis, de outro uma rede de medidas políticas se integravam em poderosas instituições destinadas a cercear a ação do mercado relativa ao trabalho, à terra e ao dinheiro. (POLANYI, 2000, p. 98)

Houve então um duplo movimento: por um lado a expansão dos mercados, açambarcando todas as dimensões da atividade social e da vida dos indivíduos; por outro lado a reação de defesa para a preservação da vida individual e dos laços sociais. Polanyi se concentrou na reação contra o tratamento de terra, trabalho e moeda como mercadorias pelos mercados auto-regulados da sociedade moderna. Mas há um aspecto da sua análise que merece ser destacado.

O aspecto que parece ser central para o argumento de Polanyi dos riscos representados pelos mercados auto-regulados é o fato de que, na sociedade de mercados, ao contrário da história humana (até por volta dos séculos XVIII-XIX), as relações econômicas estiveram submersas nas demais relações sociais. Com isso a motivação de ganho pessoal era mantida sob controle ou mesmo expressamente desestimulada – quando não punida (POLANYI, 2000, p. 82). Isso impedia que o interesse econômico e as flutuações econômicas pusessem em risco os laços sociais, o que ameaçaria a própria sobrevivência da sociedade.

Justamente esse controle da sociedade sobre a atividade econômica foi dramaticamente reduzido com a grande indústria, a qual atua permanentemente pela sua total abolição. E é esse controle que a reação da sociedade tenta de alguma forma recompor, para preservar os laços e a sobrevivência da sociedade. Nesse contexto, cabe indagar: por que não apenas as mercadorias fictícias, mas também elementos da vida social, usualmente tratados como mercadorias em mercados auto-regulados - tais como os bens culturais -, não estariam sujeitos a um questionamento por forças sociais que visam à autodefesa da sociedade? Na próxima seção aprofunda-se um pouco mais essa pergunta.

A crítica da mercadoria: Polanyi versus Marx

O conceito de terra, trabalho e moeda como mercadorias fictícias é central na análise de Polanyi, e serve para distingui-lo da abordagem de Marx. Marx, por exemplo, supõe que a moeda começa a sua história como mercadoria, que a força de trabalho é transformada em mercadoria pela expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção etc. Em outras palavras, Marx aceita a mercadoria como unidade de análise, sem perceber várias tensões que o tratamento de elementos da vida social e da natureza como mercadorias pode trazer.

O pensamento de Polanyi abre espaço para a compreensão dessas tensões e dos conflitos sociais que elas podem produzir. O próprio Polanyi chama a atenção, em uma nota, para a diferença entre a sua abordagem da mercadoria e a abordagem de Marx. A crítica de Marx do fetichismo da mercadoria – adverte Polanyi – “se refere ao valor de troca de mercadorias genuínas e não tem nada em comum com as mercadorias fictícias mencionadas no texto” (POLANYI, 2000, p. 94, n. 3). A crítica de Marx ao fetichismo da mercadoria não diz respeito aos elementos da vida social que a economia de mercado assume de forma irreal como sendo mercadorias.

Na verdade Marx percebe apenas a tensão subjacente ao tratamento do trabalho como mercadoria, que resulta da expropriação dos trabalhadores e que vai ser a base da luta de classes no modo de produção capitalista. Mas isso não acontece porque o trabalho é uma mercadoria fictícia, como supõe Polanyi. Ao contrário, para Marx a transformação da força de trabalho em mercadoria foi bem-sucedida na sociedade moderna:

À proporção que a burguesia, ou seja, o capital, se desenvolve, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos que só podem viver se encontrarem trabalho, e só encontram trabalho à medida que este aumenta o capital. Esses trabalhadores que são obrigados a vender-se diariamente representam uma mercadoria, um artigo de comércio, estão sujeitos, portanto, às vicissitudes da concorrência, às flutuações do mercado. (MARX; ENGELS 2006, p. 40)

Desse modo as perspectivas para os trabalhadores são sombrias, a menos que todo o sistema seja derrubado em favor do socialismo e, posteriormente, do comunismo. Seu tratamento como mercadorias deriva da lógica do capital, e somente pode ser abolido juntamente com o próprio capital. Em Marx não há uma análise da resistência ao tratamento do trabalho como mercadoria, mas sim uma dialética de luta de classes que aponta para *a abolição de todo o sistema*.

Já Polanyi irá apontar para uma *resistência social* ao tratamento não apenas do trabalho, mas também da moeda e da terra como mercadorias. Isso porque esse tratamento dos elementos básicos da vida humana e da natureza como mercadorias *põe em risco as possibilidades de sobrevivência da sociedade humana*.

Aqui, paradoxalmente Polanyi adota uma visão bem menos “otimista” do que Marx. Marx via o sistema capitalista como um sistema que empobrece massas crescentes da população, mas com um potencial extraordinário para satisfazer as necessidades humanas, desde que transformado em uma forma de organização com controle social (o comunismo). Para Polanyi o sistema capitalista, ao tentar tratar terra, trabalho e moeda como mercadorias fictícias em mercados auto-regulados coloca em risco permanente a sobrevivência da sociedade humana, e contra esse risco a sociedade desenvolve resistências e movimentos contrários.

Polanyi percebe então uma tensão social permanente, em que a grande indústria tenta forçar o tratamento de terra, trabalho e moeda como mercadorias; enquanto que a sociedade resiste a isso, para preservar os laços sociais e sua própria integridade. Esse conflito gerou frutos no pensamento contemporâneo. Robert Cox (1996) identificou um movimento que se repete ciclicamente em duas fases nas sociedades capitalistas avançadas:

The consequence of this disembedding of the economy was to disarticulate society, to make people vulnerable to forces over which they collectively had no control. This rending of the social fabric was the first phase of a double movement, the second phase of which was society's response, a movement to reconstitute coherence and solidarity through measures to reintegrate its fragmented components. (COX, 1996, p. 32).

Cox (1996) identificava o neoliberalismo – que ele chama de “hiperliberalismo” – que emergiu nos anos 1980 como sendo a primeira fase desse duplo movimento, e se indagava então, acompanhando a análise de Polanyi, (1) quais seriam as fontes prováveis de resposta da sociedade, que conduziriam à segunda fase do ciclo (de auto-proteção da sociedade); (2) como evitar uma crise severa que poderia levar a respostas indesejáveis, como regimes autoritários de tipo fascista (COX, 1996, p. 32).

Essas perguntas de Cox (1996) se colocam com urgência ainda maior no início deste século, à medida que se desenha uma crise severa, a qual não apenas anuncia – provavelmente – a entrada na segunda fase do ciclo, em que a sociedade buscará se proteger, mas que também abre espaço para novas formas de proteção e resistência ao tratamento como mercadorias de elementos essenciais da sociedade humana.

Tanto a análise de Polanyi quanto seu desenvolvimento em Cox permitem compreender a crise dos bens culturais como mercadorias em um contexto mais amplo do que meramente um problema de *copyright* causado pela digitalização dos bens culturais e o conseqüente custo de reprodução nulo. Essas duas abordagens permitem compreender o questionamento à mercantilização da produção cultural como parte de um ciclo necessário de preservação dos laços sociais, em que a cultura e a informação possam circular de forma ampla. Isso porque, de acordo com Polanyi, não devemos considerar a mercadoria como um “dado”, mas como fonte de tensão dentro do sistema capitalista, pelas reações da sociedade a ela. De acordo com Cox, devemos perceber essas reações em um quadro mais amplo do que o quadro dos efeitos da digitalização em si: devemos perceber o surgimento de partidos “piratas” como resultando de um ciclo de resistência da sociedade, e portanto aptos a atingir horizontes mais amplos em termos de tratamento de bens culturais.

No contexto da crise que se apresenta, deve-se indagar então acerca da inclusão nesse conjunto de mercadorias fictícias dos bens culturais, que dão sentido de civilização à sociedade humana e podem, assim, ajudar a afastar do horizonte as “respostas indesejáveis” que Robert Cox receava.

Artigo recebido em 15/06/2009 e aprovado em 10/07/2009.

Referências

COX, Robert. *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

FÉRNANDEZ-MOLINA, J. Carlos. Laws against the circumvention of copyright technological protection. In: *Journal of documentation*, vol. 59, n° 1, pp. 41-68, 2003.

FOLEY, Duncan. *Understanding capital: Marx's economic theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

KENNEDY, Peter. Marx on commodity-money and the development of Capital. In: *Critique*, vol. 34, n° 1, pp. 27-38, 2006.

LAPAVITSAS, Costas. The theory of credit money: a structural analysis. In: *Science and society*, vol. 55, n° 3, pp. 291-322, 1991.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

PIETZ, William. Fetishism and materialism: the limits of theory in Marx. In APTER, Emily; PIETZ, William (Eds.). In: *Fetishism as cultural discourse*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

REUTEN, Geert. The money expression of value and the credit system: a value-form theoretic outline. In: *Capital and class*, vol. 35, pp. 121-41, 1988.

RUBIN, Isaak I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SAAD-FILHO, Alfredo. Concrete and abstract labour in Marx's theory of value. In: *Review of political economy*, vol. 9, n° 4, 1997, pp. 457-77.